

in NICO, B., NICO, L., CARVALHO, L. & SILVA, J. (2008). "Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências no Alentejo: uma visão da realidade". in Bravo Nico et al (Orgs). *Aprender no Alentejo – IV Encontro Regional de Educação*. Évora: Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora

RECONHECIMENTO, VALIDAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ALENTEJO: UMA VISÃO DA REALIDADE

Bravo Nico¹, Luísa Carvalho², Lurdes Nico³ & Joana Silva⁴

Introdução

A presente comunicação insere-se na linha de investigação "*Educação e Território*", no âmbito do CIEP (Centro de Investigação em Educação e Psicologia) da Universidade de Évora. Apresenta-se a caracterização actual da rede regional do sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências no Alentejo, comumente conhecido por RVCC.

1. Roteiro Conceptual

Em 2000, a Comissão Europeia, no "*Memorando da Aprendizagem ao Longo da Vida*", apela à necessidade de se assegurarem "*as novas competências básicas para todos*", para além daquelas que todos conhecemos como "*ler, escrever e contar*", promovendo a aquisição e/ou actualização das competências necessárias à participação e desenvolvimento de cada um(a) na sociedade. A aprendizagem adquirida, em diferentes ambientes, surge como uma mais valia, reconhecendo-se que se pode aprender em diferentes contextos, valorizando-se, pela primeira vez, numa perspectiva de certificar as aprendizagens realizadas em contextos não formais e informais (Comissão Europeia: 2000).

Procuramos, então, caracterizar cada um dos contextos de aprendizagem:

- a **aprendizagem formal** é "*a que decorre em instituições de ensino e formação e conduz a diplomas e qualificações reconhecidos*" (Leitão et al, 2001:8) e onde se verifica uma "*estruturação prévia de programas e horários, na existência de processos avaliativos e de certificação*" (Canário, 1999, citado por Cavaco, 2002:29);
- a **aprendizagem não-formal** "*não conduz a certificados formais e pode ocorrer no local de trabalho (...) organizações ou serviços (...)* (aulas de arte, música e desporto ou ensino privado...)" (Leitão et al, 2001:8) e constitui "*a única forma de aprendizagem da maioria dos adultos*" (Correia, A. & Cabete, D., in Silva et al, 2002);
- a **aprendizagem informal** é uma aprendizagem não organizada, intencional ou não, ocorrendo em "*situações potencialmente educativas, mesmo que não conscientes, nem*

¹ Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora.

² Escola Superior de Educação do Instituto Superior Politécnico de Portalegre.

³ Direcção Regional de Educação do Alentejo.

⁴ Escola Comunitária de São Miguel de Machede.

intencionais (...) correspondendo a situações pouco estruturadas e organizadas" (Caná, 1999, citado por Cavaco, 2002:29).

Sendo inquestionável, na literatura, a existência de diversos ambientes de aprendizagem, o mesmo já não se poderá dizer do conceito de competência. Vários autores tratam a temática destacando-se como "a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações, etc) para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações" (Perrenoud:2000), não especificando o contexto em que a mesma é construída/reforçada.

No processo de RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências), que é o objecto de reflexão nesta comunicação, o conceito de *competência* assume um papel importante, pois trata-se de reconhecer, formalmente, as competências que o adulto adquiriu ao longo da sua experiência de vida, valorizando este e a respectiva relação que estabelece com o contexto em que vive. Esta percepção é traduzida naquilo que Ana Luísa Pires define como abordagem sistémica de competência, "numa ideia de competência como construção social, assumindo uma visão de processo e não de estado" (Gomes, M.C. (coord) et al, 2006:17).

2. O Aparecimento do Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências no Alentejo

Níveis de qualificação

Em termos globais, a sociedade portuguesa encontra-se, ainda, com níveis de qualificação aquém daquilo que é a realidade de outros parceiros europeus.

Em Portugal, cerca de 3.500.000 dos actuais activos têm uma taxa de escolaridade inferior ao nível secundário; destes, 74% têm uma escolarização inferior ao 9.º ano de escolaridade. Por outro lado, cerca de 485.000 jovens, entre os 18 e os 24 anos (45% no total), ingressaram no mercado de trabalho sem terem concluído o ensino secundário e mais de metade destes (266.000) não chegaram a concluir os 9 anos de escolaridade obrigatória (www.portugal.gov.pt/Iniciativa).

A par destes indicadores, um outro continua a marcar negativamente a sociedade portuguesa: cerca de 838.140 indivíduos não sabem ler nem escrever. No Alentejo, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (Recenseamento Geral da População, 2001), existe uma taxa de 17,1% de analfabetismo, sendo a escolarização traduzida no Quadro 1:

Quadro 1 - Níveis de Escolaridade no Alentejo

Nível de Ensino atingido	Frequências Absolutas	Frequências Relativas (%)	
		Alentejo	Portugal
Nenhum	111 580	20,9	14,2
1.º Ciclo	192 576	36,0	35,2
2.º Ciclo	59 642	11,1	12,6
3.º Ciclo	54412	10,1	10,8
Secundário	73 660	13,7	15,7
Médio	2 552	0,5	0,8
Superior	41 324	7,7	10,7
Totais	535 746	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos de 2001.

Foi neste contexto e para dar uma resposta de qualificação adequada à população adulta que, em 2001, foram criados, numa iniciativa da ANEFA (Agência Nacional para a Educação e Formação de Adultos, 1999-2002), os Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC), nos quais se realizaram os primeiros processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

Entre 2001 e 2005, existiram, na região do Alentejo, 6 CRVCC, tutelados pela ANEFA, de acordo com a cronologia que se apresenta em seguida:

Cronograma do Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências no Alentejo (2001-2005)

2001 – A Esdime (Associação para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste) foi uma das primeiras seis entidades, a nível nacional, a constituir-se como Centro de RVCC, em Ferreira do Alentejo.

2001 – Criação do CRVCC da Fundação Alentejo, em Évora.

2003 - Criação do CRVCC da ADL (Associação para o Desenvolvimento do Litoral Alentejano), em Santiago do Cacém. *

2004 – Criação do CRVCC da Rota do Guadiana (Associação de Desenvolvimento Integrado), em Serpa.

2005 – Criação do CRVCC da Associação Terras de Dentro, em Alcáçovas (Viana do Alentejo).

*Centro que encerrou a actividade em 2005 e foi extinto em 2007 (Despacho n.º1073/2007, DR 15, Série II, de 22-01-2007).

Após 2005...

Considerando:

- O objectivo de melhorar os níveis de qualificação dos portugueses;
- A avaliação e monitorização feita aos primeiros CRVCC;
- O facto de, em 2002, já ter sido reconhecida a necessidade de se definir uma estratégia que promovesse, a nível europeu, a aprendizagem ao longo da vida, numa forte aposta nos sistemas de educação e formação de cada país (“Educação e Formação 2010”).

Surgiu, no ano de 2005, a *Iniciativa Novas Oportunidades*, assumida como um desafio de transformar e desenvolver os níveis de qualificação da população portuguesa, com dois objectivos fundamentais: os jovens (evitando que abandonem os estudos sem o nível secundário de educação) e os adultos (aumentar a qualificação de quem há vários anos ingressou no trabalho sem ter concluído ou aumentado a qualificação).

De um modo geral, esta Iniciativa procura criar oportunidades que permitam definir o 12.º ano como patamar mínimo de escolaridade.

3. Caracterização do Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências no Alentejo

No Alentejo, a Direcção Regional de Educação do Alentejo, no ano de 2005, desenvolveu estratégias de promoção do alargamento da Rede, de acordo com orientações da Direcção Geral de Formação Vocacional (DGFV, 2002-2006) que, então, tutelava, a nível nacional, a rede de Centros de RVCC existente.

No contexto da *Iniciativa Novas Oportunidades* já referida, os Centros RVCC passaram a assumir novas funções, enquanto locais de porta de entrada dos jovens e dos adultos para um percurso de formação e qualificação que melhor se adequa ao seu percurso de vida e perfil de competências evidenciado, passando a designar-se *Centros Novas Oportunidades (CNO)*.

As estratégias desenvolvidas pela DREAlentejo, com orientações da tutela, foram as seguintes:

- a) No ano lectivo 2005/2006, foi criada uma pequena Unidade de Missão, com o objectivo de criar uma rede regional de Centros Novas Oportunidades, alargada às entidades públicas (enfoque nas escolas) e entidades privadas;
- b) No final do ano lectivo 2005/06, foi criada uma rede regional constituída por 15 CNO, tendo como base as Escolas Secundárias e os Agrupamentos de Escolas;
- c) Desenvolvimento de dois momentos de formação para os Centros Novas Oportunidades e Escolas Promotoras de Cursos EFA (Junho/Julho; Setembro/Outubro de 2006);
- d) No ano lectivo 2006/2007, a equipa da DREAlentejo responsável pelos CNO foi reforçada com uma técnica especificamente destinada a prestar todo o apoio necessário aos CNO;
- e) No início do ano lectivo 2006/2007, foram criados mais 7 CNO e constituídas as Equipas Locais de Acompanhamento, cujo objectivo é apoiar e acompanhar a actividade desenvolvida pelos CNO e por outras entidades promotoras de ofertas formativas para adultos.

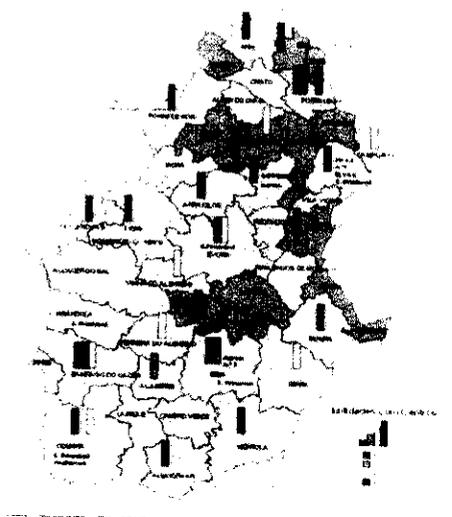
No final de 2006, constituiu-se uma rede com 32 Centros (cf. quadro e mapa seguintes):

Quadro 2 – Rede de Centros Novas Oportunidades no Alentejo

Centros Novas Oportunidades		N.º
Entidades Privadas		7
Entidades Públicas	Escolas	20
	CFP (IEFP)	5
Total		32

Fonte: DREAlentejo, 2006.

Mapa 1 – Distribuição Territorial dos Centros Novas Oportunidades no Alentejo



Fonte: DREAlentejo, 2006.

No ano de 2007, já com a tutela da Agência Nacional para a Qualificação (ANQ. I.P., constituída desde 2006) e considerando os CNO como *“como agentes centrais na resposta ao desafio da qualificação de adultos consagrado na Iniciativa Novas Oportunidades”*, foi publicada uma nova Carta de Qualidade assumida como *“um instrumento que cria exigência, que clarifica estratégias de acção e níveis de serviço e que contribuirá para a valorização dos processos de trabalho, para a mobilização das equipas e para a eficácia do financiamento.”* (Gomes, M.C.& Simões, F., 2007: 5).

Prevê-se, a curto prazo, o alargamento da Rede de Centros no Alentejo e no país, no caminho dos objectivos, em termos de qualificação, consignados na Iniciativa Novas Oportunidades, até 2010.

4. O Funcionamento de um Centro Novas Oportunidades

O Sistema RVCC desenvolve-se através de um processo que é realizado num Centro Novas Oportunidades (actualmente existem 269 Centros, prevendo-se o alargamento da rede, de forma contínua, até 2010).

Os processos de RVCC destinam-se aos adultos que não frequentaram ou concluíram o nível básico (4.º, 6.º ou 9.º ano de escolaridade), que tenham idade igual ou superior a 18 anos e tenham adquirido conhecimento, saberes e competências através da experiência ao longo da vida.

Para o nível secundário, é importante referir que, além da idade ser igual ou superior a 18 anos, é necessário que o indivíduo tenha frequentado o nível secundário, há mais de três anos, sem o concluir (requisito aplicável até 2010) e dispor, no mínimo, de três anos de experiência profissional.

O alargamento do sistema RVCC ao nível secundário ocorreu no ano de 2006, pois desde cedo, que se assumiu o compromisso de promover "o alargamento deste modelo e estratégia de intervenção aos adultos que não possuam o 12.º ano" (Portaria n.º 1082-A/2001, de 5 de Setembro).

Actualmente, o processo de RVCC tem por base um Referencial de Competências-Chave para a Educação e Formação de Adultos (de Nível Básico ou de Nível Secundário) e organiza-se em duas fases: a do reconhecimento e a da validação das competências (www.anq.gov.pt).

O adulto que recorra a um CNO terá de passar pelas fases de acolhimento, diagnóstico/triagem e encaminhamento. Nesta terceira etapa, poderá ser encaminhado para outras ofertas formativas ou para um processo de RVCC, de acordo com o seu perfil e necessidades.

Num processo de RVCC, promove-se a aplicação e desenvolvimento de novas metodologias de reconhecimento e validação de competências, para lá dos espaços educativos formais, cujo objectivo é não só obtenção de um diploma de nível básico ou de nível secundário, mas essencialmente a continuação de processos de educação e formação, numa perspectiva de Aprendizagem ao Longo da Vida e, assim, "contribuir para o desenvolvimento das pessoas e da competitividade das organizações" (in *Carta de Qualidade dos Centros RVCC*, cit. por Leitão, J. A. in Silva, I. et al, 2002).

Concluindo...

Esperamos poder retratar, em comunicações futuras, alguns dos impactos dos processos de RVCC no Alentejo, procurando caracterizar as alterações dos níveis de qualificação e sobretudo, "estudar" as trajectórias de vida pessoais e profissionais de quem obteve a certificação através de um processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

Bibliografia

- CANÁRIO, R. (1999). *Educação de Adultos. Um Campo e uma Problemática*. Lisboa: Educa.
- CAVACO, C. (2002). *Aprender fora da escola*. Lisboa: Educa.
- COMISSÃO EUROPEIA (2000). *Memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida*. Bruxelas.
- COMISSÃO EUROPEIA (2001). *Tornar o Espaço Europeu de Aprendizagem ao Longo da Vida uma Realidade*. Bruxelas.
- CORREIA, A. & CABETE, D. (2002). "O valor do que aprendemos ao longo da nossa vida... e a importância do Sistema Português de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências". In Isabel Silva et al (Orgs.). *Educação e Formação de Adultos: Factor de Desenvolvimento Inovação e Competitividade*. Lisboa: ANEFA, 45-53.
- GOMES, M. (Coords.) (2006). *Referencial de Competências-Chave para a Educação e Formação de Adultos - Nível Secundário*. Lisboa: DGFV.

- GOMES, M. & SIMÕES, F. (2007). *Carta de Qualidade dos Centros Novas Oportunidades*. Lisboa: ANQ.
- IMAGINÁRIO, L. et al (2002). *A Aprendizagem dos Adultos em Portugal: exame temático no âmbito da OCDE*. Lisboa: ANEFA.
- INSTITUTO DA EDUCAÇÃO DA UNESCO (1997). *V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos*. Lisboa: Ministério da Educação. Secretaria de Estado da Educação e Inovação.
- INE (2002). *Censos 2001. Resultados Definitivos*. Lisboa: INE.
- PERRENOUD, P. (2000). "Construindo Competências". In *Nova Escola*
- SILVA, I., LEITÃO, J., TRIGO, M. (Orgs.). (2002). *Educação e Formação de Adultos: Factor de Desenvolvimento Inovação e Competitividade*. Lisboa: ANEFA.

Legislação referenciada:

Portaria n.º1082-A/2001, de 5 de Setembro

Despacho n.º 1073/2007, DR 15, Série II, de 22 de Janeiro

Sites consultados:

www.portugal.gov.pt/Iniciativa

www.novasoportunidades.gov.pt

www.anq.gov.pt

http://europa.eu.int/comm/education/policies/III/III/_en.html

www.dgicd.min-edu.pt

Gentile e Roberta Bencini. Brasil. (www.dgicd.min-edu.pt)